

Corte de R\$ 29,8 bi no Orçamento pode afetar emendas parlamentares

Onyx havia acenado com liberação de emendas para tentar melhorar o ambiente no Congresso Nacional

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes
Anne Warth / BRASÍLIA

Num dia de clima conflagrado no Congresso, a equipe econômica anunciou um corte bilionário nas despesas do Orçamento que pode respingar nas emendas parlamentares, um dos instrumentos de negociação política do Palácio do Planalto. Para conseguir cumprir a meta fiscal deste ano, de déficit de R\$ 139 bilhões, o Ministério da Economia fez um bloqueio de R\$ 29,8 bilhões e não informou se as emendas ficarão livres da tesourada, como prometeu o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O número do chamado contingenciamento foi antecipado pelo Estado. A equipe econômica tem respaldo legal para bloquear quase R\$ 3 bilhões dos R\$ 13,7 bilhões em despesas com emendas impositivas, cujo pagamento é obrigatório. Essa permissão existe porque, quando há contingenciamento, a lei autoriza que as emendas sejam cortadas na mesma proporção que os demais gastos para dividir o esforço entre todos.

A blindagem das emendas num momento de construção da base aliada do governo Jair Bolsonaro foi um aceno de Onyx para tentar melhorar o ambiente no Congresso Nacional para a aprovação da reforma da Previdência. Essa sinalização foi feita antes mesmo de o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ameaçar abandonar a articulação da reforma, o que deflagrou uma onda de desconfiança em relação à capacidade do governo de angariar os votos necessários. O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, não adiantou se as emendas serão alvo de corte ou ficarão preservadas. “Esse dado será divulgado no fim do mês”, afirmou, em referência ao prazo do governo para publicar o decreto de programação orçamentária.

Decreto. É nesse decreto que serão apontadas as áreas afetadas pelo contingenciamento, que incide sobre as despesas não obrigatórias – como custeio da máquina pública e investimentos. O corte deve comprimir ainda mais essas despesas, cuja previsão inicial era de R\$ 119 bilhões e deve cair a cerca de R\$ 90 bilhões. O valor é muito próximo do que é tido como mínimo para garantir o funcionamento dos serviços e dos órgãos do governo,

já que não há muita margem para suspender despesas, que incluem desde conta de luz até manutenção de equipamentos. O secretário, porém, afastou qualquer risco de apagão na máquina do governo. O bloqueio nas despesas foi necessário porque houve redução na estimativa de arrecadação tributária e de royalties, na esteira de uma expectativa menor para o crescimento econômico este ano.

A Economia reviu sua estimativa para o PIB em 2019 de 2,5% para 2,2%, ainda otimista em relação ao mercado, que espera alta de 2,01%. O governo também excluiu a previsão de R\$ 12,2 bilhões em receitas com a privatização da Eletrobrás. Do lado das despesas, houve ampliação em gastos com pessoal, devido ao aumento no teto do funcionalismo na esteira do reajuste aos ministros do STF, e com subsídios. O governo também incluiu uma despesa de R\$ 2,6 bilhões para bancar o 13º do Bolsa Família. O corte no Orçamento é o primeiro da equipe econômica sob o comando do ministro Paulo Guedes, que anunciou como um de seus principais objetivos zerar o déficit já no primeiro ano de gestão. Segundo Waldery, a meta é reduzir o rombo nas contas. “Chegar a zero é consequência”, disse.